

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO RPPS DE GUARATUBA

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se a reunião ordinária do Comitê de Investimentos da Previdência Social dos Servidores Municipais de Guaratuba – GUARAPREV, com a participação dos membros presentes e do consultor de investimentos da Mosaico Consultoria, Sr. Pery de Oliveira, para análise e deliberação dos assuntos constantes da pauta. Inicialmente, o consultor apresentou o cenário econômico referente ao mês de junho de 2026, destacando que, no ambiente internacional, a economia norte-americana permaneceu resiliente, sustentada pelo consumo, pelo mercado de trabalho e pelos investimentos em infraestrutura vinculada à inteligência artificial, especialmente em projetos de centros de processamento de dados. A redução do preço do petróleo contribuiu para aliviar os custos de energia, embora a inflação ainda permanecesse acima da meta, exigindo postura cautelosa por parte do Federal Reserve e mantendo os mercados atentos à condução da política monetária. No cenário nacional, observou-se algum alívio nas expectativas inflacionárias, favorecido pela redução dos preços do petróleo, porém permaneceram fatores de risco relacionados ao quadro fiscal, à trajetória da dívida pública, à condução da política monetária e aos possíveis impactos de alterações legislativas, tributárias e climáticas. Os indicadores de atividade econômica passaram a sinalizar uma desaceleração gradual ao longo do segundo trimestre, assim como uma possível moderação do mercado de trabalho. Mesmo com a continuidade do ciclo de redução da taxa básica de juros, a Selic permaneceu em patamar elevado, mantendo atrativas as aplicações de renda fixa vinculadas ao CDI e recomendando prudência na assunção de riscos. Na sequência, foram apresentados os resultados da carteira de investimentos do GUARAPREV referentes à competência de junho de 2026. O patrimônio líquido totalizou R\$ 121.790.396,55, sendo 97,65% dos recursos alocados em renda fixa e 2,35% em renda variável e investimentos estruturados. No mês, o segmento de renda fixa apresentou rentabilidade positiva de 1,09%, equivalente a R\$ 1.280.003,88, enquanto o segmento de renda variável registrou resultado negativo de 2,89%, correspondente a uma redução de R\$ 85.379,69. No consolidado, a carteira apresentou retorno positivo de 0,99%, equivalente a R\$ 1.194.624,19. No acumulado do ano, os investimentos alcançaram rentabilidade de 6,53%, superando a meta de rentabilidade de 6,17% no mesmo período, calculada com base no IPCA acrescido de 5,68% ao ano. Também foi ressaltado que a carteira possuía liquidez imediata de 94,09%, condição considerada adequada para o atendimento das obrigações previdenciárias do Instituto.

Posteriormente, foi apresentado o Parecer Técnico do Comitê de Investimentos, referente à competência de junho de 2026, contemplando a análise do cenário econômico, da composição e do desempenho da carteira, das movimentações

financeiras, dos riscos de mercado, crédito e liquidez, dos processos de credenciamento e do enquadramento dos investimentos perante a Resolução CMN nº 5.272/2025 e a Política de Investimentos vigente. Registrou-se que o VaR consolidado da carteira foi de 0,23%, sendo 0,03% no segmento de renda fixa e 7,96% na renda variável, circunstância que reforça a necessidade de acompanhamento específico das posições com maior exposição à volatilidade. Foram igualmente discutidas as situações de desenquadramento passivo decorrentes das alterações introduzidas pela nova regulamentação, esclarecendo-se que tais ocorrências não resultaram de aplicações recentes realizadas em desconformidade, mas de mudança normativa superveniente. Dessa forma, permaneceram as diretrizes previstas no Plano de Contingência, compreendendo a vedação de novos aportes nos ativos desenquadrados, o acompanhamento dos resgates já solicitados, a manutenção dos ativos ilíquidos até sua liquidação ou vencimento e o reenquadramento gradual e planejado da carteira, sempre com observância à segurança, à liquidez, à rentabilidade e ao interesse previdenciário. Após os esclarecimentos e debates, o Parecer Técnico do Comitê de Investimentos foi submetido à apreciação dos membros, sendo aprovado por unanimidade.

Na sequência, o Comitê de Investimentos apreciou os processos de renovação do credenciamento das instituições financeiras habilitadas a prestar serviços ao GUARAPREV. Após a análise da documentação institucional, da regularidade cadastral, da estrutura de administração e gestão, da capacidade técnica e dos demais requisitos previstos no Edital de Credenciamento e na legislação aplicável aos RPPS, foram aprovadas as renovações dos credenciamentos da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil S.A., do Itaú Unibanco S.A. e do Banco Bradesco S.A., permanecendo as referidas instituições aptas a receber, administrar e gerir recursos do GUARAPREV, observados os limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025 e pela Política de Investimentos vigente.

Também foram apresentadas e analisadas as avaliações dos fundos BRADESCO PARANOÁ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SUBCLASSE, inscrito no CNPJ nº 63.637.997/0001-05; BB FLUXO SOBERANO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO CURTO PRAZO, CNPJ nº 63.197.387/0001-38; BB PERFIL SOBERANO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP, CNPJ nº 63.197.167/0001-04; e BB TESOURELO SELIC RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA LP, CNPJ nº 04.857.834/0001-79. Após a verificação de seus regulamentos, características, objetivos, riscos, liquidez, prestadores de serviços e aderência às normas aplicáveis, os processos foram considerados concluídos, ficando os respectivos fundos aptos a receber recursos do GUARAPREV, desde que eventual aplicação seja precedida da análise de oportunidade, conveniência, enquadramento, disponibilidade financeira e compatibilidade com a estratégia definida pelo Comitê de Investimentos.

Quanto às sugestões de alocação e realocação dos recursos, o consultor recomendou a manutenção da estratégia geral da carteira, ressalvadas as providências e os resgates já previstos no Plano de Contingência, tendo em vista que a taxa Selic, mesmo após os movimentos recentes de redução, permanecia em nível elevado e continuava favorecendo os investimentos atrelados ao CDI. A recomendação teve como fundamento a busca pela preservação do patrimônio, manutenção da liquidez, redução da volatilidade e continuidade da obtenção de retornos compatíveis com a meta atuarial. A proposta de manutenção das posições e de não realização de novas realocações naquele momento foi discutida e aprovada por todos os membros presentes. Em seguida, o membro Emerson Machado solicitou informações acerca da realização da Audiência Pública e do andamento do processo de certificação institucional no âmbito do Pró-Gestão RPPS. Em resposta, o consultor informou que, a princípio, os dados e documentos necessários encontram-se organizados para o prosseguimento do processo de certificação, destacando que o Relatório de Governança Corporativa já havia sido elaborado e aprovado. Informou, ainda, que os slides destinados à apresentação na Audiência Pública seriam encaminhados até o final daquela semana para conferência e eventuais ajustes pelos responsáveis do GUARAPREV. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, sendo lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros do Comitê de Investimentos presentes.

Assinaturas:

Comitê De Investimentos	CPF	Assinaturas
Emerson Cesar Machado (Gestor De Recursos)	XX.XX.XX-XX	
Eurides Moro	XX.XX.XX-XX	
MATHEUS ZIMMERMANN FREITAS	XX.XX.XX-XX	
Pery de Oliveira (CONSULTOR)	XX.XX.XX-XX	